



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

A.
B.
C.

ATA N.º 8/2019

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e quinze minutos em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período para intervenção do público.

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia:

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente;

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para o Município;

PONTO DOIS PONTO TRÊS: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à Ata n.º 7 da Sessão Ordinária de 27 de setembro de 2019;

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apresentação de Proposta de Votos de Pesar;

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Apresentação de Propostas de Votos de Louvor;

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2020;



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de Grandes Opções do Plano 2020-2023 e de Orçamento 2020;

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de Mapa de Pessoal para o ano 2020;

PONTO TRÊS PONTO SETE: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2020;

PONTO TRÊS PONTO OITO: Proposta de Fixação de Participação Variável no IRS para o ano de 2020;

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Proposta de Fixação das Taxas de IMI para o ano de 2020;

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o ano 2020;

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Norma de Controlo Interno – Revisão Anual e Proposta de Alteração;

PONTO TRÊS PONTO DOZE: Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Borba;

PONTO TRÊS PONTO TREZE: Fixação do Feriado Anual do Município de Borba para o ano de 2020.

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.

A Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão, desejou boa noite a todos os presentes.

Seguidamente, solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Célia Maria Matos Alpalhão; Luis Miguel Generoso Baltazar; José Joaquim Figueiredo Banza; Paulo Jorge Ramos Ferreira; Paulo Vicente Ramos Mendanha; Augusto Manuel Bilro Guégués; Luis José Alves Alexandre; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Carlos Manuel Ganito Bacalhau; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Nelson Joaquim Gomes Gato; Virgolino Joaquim Calhau Canhoto; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Vanda Cristina Branco Godinho; Paulo Manuel Coelho Velhinho; Leonel António Valentim Infante; Francisco António Caeiro Rijo; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; João António Ameixa Morgado.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

- **Email da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses** – Convocatória e documentação para o XXIV – Congresso da ANMP, dias 29 e 30 de novembro em Vila Real.
- **Email da Câmara Municipal de Borba** – Envio de documentação (Proposta de Grandes Opções do Plano 2020-2023 e de Orçamento 2020);
Deliberação aprovada em minuta, da qual consta a proposta atrás referida.
- **Email da Câmara Municipal de Borba** – Convocatória e ordem de trabalhos para a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Segurança.
- **Email da ANAM** – Documentos sobre “A descentralização anunciada e a lei 73/2013 – do Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Qual o papel das Assembleias Municipais?”, apresentados na conferência realizada no dia 8/11/2019, no âmbito da iniciativa “ANAM em Diálogo”, em Portalegre.
- **Ofício do Centro Cultural** – Informar que no dia 1 de dezembro a Banda Filarmónica do Centro Cultural, apresentará os cumprimentos à Assembleia Municipal pela 10.30h. Esta atividade vem no seguimento da comemoração do 38º aniversário desta banda.
- **Emails (2), do membro Jorge Pinto** – Sobre pedido de documentação (quadro das candidaturas cofinanciadas e a lista das entidades sujeitas a derrama, bem como o valor liquidado por cada uma delas no concelho).
- **Emails da Câmara Municipal de Borba** – Respostas aos requerimentos apresentados pelo membro Jorge Pinto, pelo membro Joaquim Serra Silva e Joaquim Godinho Veiga.

EXPEDIENTE – EXPEDIDO

- **Ofício à Câmara Municipal de Borba** – Com pedidos de informação, efetuados pelos membros Joaquim Serra Silva e Joaquim Maria Godinho na Assembleia de 27 de setembro. (Ponto situação do Portugal 2020 – Cópia das Candidaturas apresentadas pelo Município de Borba e aprovadas; Cópia do Projeto do Pavilhão Polidesportivo de Santiago Rio de Moinhos).
- **Emails ao membro Jorge Pinto** – Com as respostas aos requerimentos apresentados.

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

Verificou-se a ausência dos membros: Joaquim Maria Godinho Veiga, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 1**) e foi substituído pelo senhor Luis Miguel Generoso Baltazar.

PONTO UM: Período para intervenção do público.

Não houve intervenções por parte do público.

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia:

A **Presidente da Assembleia Municipal** fez um apelo aos membros do Executivo da Câmara Municipal de Borba, ao Senhor Presidente e Vereadores, e aos membros desta Assembleia "(...), para que sejam sucintos nas suas intervenções. Todas as informações são importantes e pertinentes para o desenvolvimento do concelho e para sabermos como vai o andamento dos nossos projetos, mas nas últimas Assembleias o tempo utilizado nas intervenções, tem sido um pouco exagerado. De acordo com o n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia em vigor, **"Salvo nos casos em que o presente Regimento estabeleça regra distinta, cada intervenção não deverá, em regra, ter duração superior a cinco minutos"**.

Tem esta Mesa da Assembleia Municipal entendido, que é importante deixar os membros desta Assembleia e o Executivo, explanar o que têm a explanar, mas com regras (...). Consegue-se dizer, o mesmo, com menos palavras".

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente;

O **Segundo Secretário Rui Franco** desejou boa noite a todos os presentes e apresentou um resumo do expediente.

EXPEDIENTE - ENTRADO

- **Email da ANAM** – Com respostas elaboradas pelo Consultor Jurídico da ANAM, às solicitações apresentadas pelos(as) Presidentes de Assembleia Municipal.



Borba município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

O Presidente da Câmara Municipal desejou boa noite a todos os presentes e de seguida respondeu ao membro Luis Baltazar. "(...), relativamente à representação do Município de Borba no Congresso Nacional de Municípios em Vila Real, entendi que, como nós somos pouco representativos, nós pagamos a nossa quota, vamos esperar pelos resultados. A deslocação do Município ao Congresso, seria mais uma despesa e não iria alterar em nada os resultados deste Congresso para o Município de Borba".

- Candidatura para o Controlo das Águas em Baixa "(...), é um assunto que andamos a discutir há muito tempo. Existem parâmetros que têm que ser cumpridos para que possamos fazer parte desta candidatura, e o Município de Borba não cumpre o grau de cobertura de gastos".

- ETAR de Rio de Moinhos "(...), demorou trinta anos, mas está feita! É uma obra de engenharia brutal, vão lá ver! Os queijeiros, naturalmente, vão ter que pagar o transporte do soro para Évora. Esta ETAR vai servir cerca de 1500 pessoas. Na reunião que tive com os queijeiros, no dia 22 de novembro, disse aos mesmos, que a Câmara compraria um veículo para o transporte do soro das queijarias para Évora, mas quem irá pagar este investimento serão eles (...)".

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao membro Luís Baltazar, "(...), entendeu a Mesa da Assembleia, auscultei os senhores secretários nesse sentido, que não deveriam estar presentes uma vez que tínhamos aqui a sessão da Assembleia Municipal. Como o senhor Presidente disse, quem iria a representar a Assembleia, seria eu ou um dos senhores secretários. Consideramos que é importante o que lá se discute, mas vamos aguardar as conclusões, porque como o senhor membro Luis Baltazar deve saber, não é assim tão relevante, o nosso voto lá, como deve calcular (...)".

O membro Jorge Pinto interpelou "(...), já pedi várias vezes a palavra, antes da senhora Presidente dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara".

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu "(...), peço desculpa senhor Jorge Pinto, mas eu hoje optei, por dar a palavra ao senhor Presidente para responder de seguida às questões colocadas".

O membro Jorge Pinto respondeu "(...), primeiro são colocadas as questões, depois dá a palavra ao senhor Presidente e por fim, fala a senhora Presidente (...)".

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu "(...), desculpe senhor Jorge Pinto, quem dirige aqui os trabalhos da Assembleia é a Presidente da Assembleia, não é o senhor Jorge Pinto (...), lamento não é! (...)".

O membro Jorge Pinto disse "(...), senhora Presidente, a Senhora representa esta Assembleia, a Senhora não representa a Mesa da Assembleia. Esta Assembleia tem o direito de se pronunciar, de estar presente ou não no Congresso. A senhora Presidente, não tem nenhuma legitimidade, para decidir por si, ou a mando do senhor Presidente da Câmara, ou ouvidos os membros da Mesa da Assembleia, se esta Assembleia está ou não presente no Congresso, por direito próprio esta Assembleia está presente no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Por direito próprio, esta Assembleia, tem o



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

- **Email ANMP** – Com a informação da não comparecia de nenhum representante da Assembleia Municipal de Borba no XXIV congresso da ANMP.
- **Ofício ao membro Joaquim Godinho Veiga** - Com a resposta ao pedido de documentação efetuado na sessão da Assembleia Municipal de 27/09/2019.
- **Email ao membro Joaquim Serra Silva** – Com a resposta ao pedido de documentação efetuado na sessão da Assembleia Municipal de 27/09/2019.

Informou ainda, que no dia de 10 dezembro, vai-se realizar-se a Assembleia Intermunicipal Ordinária da CIMAC. “Caso algum membro da Assembleia, tenha algum assunto, que queira que os representantes desta Assembleia, apresentem na Assembleia Intermunicipal, queiram-nos fazer chegar esses assuntos, que nós estamos disponíveis para os apresentar.”

Seguidamente, informou que as pastas da correspondência se encontravam ali, disponíveis para quem desejar consultá-las.

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para o Município;

O membro Luis Baltazar desejou boa noite a todos os presentes e disse “(...), pergunto ao senhor Presidente da Câmara e à Senhora Presidente da Assembleia, porque é que o nosso Município não se faz representar no Congresso XXIV, da Associação Nacional dos Municípios. Gostaria de saber porque é que acham que Borba não deve ser representada nesse tipo de eventos, nomeadamente quando vêm por aí as descentralizações (...).”

Acrescentou “(...), gostaria de questionar o Senhor Presidente relativamente à Candidatura conjunta, que foi feita pelos Municípios do Alandroal, Reguengos, Viana do Alentejo e Estremoz, relativamente ao controlo das perdas de água em baixa. A informação que tenho, é que não cumpriamos um dos critérios, que permitia a candidatura. Sendo a candidatura feita ao abrigo da CIMAC, Borba esteve presente nalguma reunião? Foi informada? Teve iniciativa para...? Se isto não é um problema que se deva resolver no nosso concelho, eu fico “espantado”, porque basta olhar para as atividades da Câmara nas Assembleias, onde existem sempre várias intervenções sobre as condutas e as perdas de água (...).”

No que respeita à ETAR de Rio de Moinhos, referiu “(...) tive conhecimento da reunião tida na Câmara com os queijeiros, onde foi explicado que a ETAR de Rio de Moinhos não está preparada para receber os efluentes do queijo. O que eu pergunto, é se a Câmara acautelou o impacto desse tratamento? Se esse tratamento vai ficar a cargo dos queijeiros? Para onde vai ser feito o transporte dos efluentes? Quem é que o vai ter que fazer? No fundo quem vai pagar essa despesa?”.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

direito de eleger um Presidente de Junta de Freguesia para estar presente no Congresso, e a senhora Presidente sonogou a esta Assembleia esse poder (...)."

A Presidente da Assembleia Municipal interrompeu "(...), o senhor está enganado! O Presidente da Junta de Freguesia, foi eleito, (...)".

O membro Jorge Pinto continuou "(...), eu sei! Mas foi decidido pela senhora Presidente, desrespeitar a decisão desta Assembleia, de o Município não se fazer representar no Congresso ANMP (...). Provavelmente, a falta de presença de Borba no Congresso, por desrespeito e por um princípio de superioridade de um slogan vazio, que se traduz naquela famosa frase "Borba, faz bem", e como Borba faz bem, não precisamos de ir aprender com quem nos pode ensinar.

Agora faço a declaração política, sobre a sua falta de legitimidade, de decidir por si, não estar presente no Congresso".

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu "(...), senhor membro Jorge Pinto, que legitimidade tinha eu para dizer que o representante da Câmara ou da Assembleia ou da Junta de Freguesia, não estariam presentes no Congresso, penso que o Senhor está baralhado (...), ainda não percebi bem o seu ponto de vista. São opiniões e como eu costumo dizer, pontos de vista não se discutem".

O membro Jorge Pinto retorqui "(...), discute-se a legitimidade da senhora Presidente, de não ter posto a esta Assembleia que a Assembleia Municipal não estaria presente no Congresso".

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu "(...), não é a Assembleia é a Presidente da Assembleia Municipal".

O membro Jorge Pinto disse "(...), a Presidente da Assembleia Municipal, representa a Assembleia".

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu "(..), eu sei, senhor membro Jorge Pinto! Eu não estive presente por motivos pessoais, ou isso agora, também tenho de justificar (...)".

O membro Jorge Pinto disse "(...), tem de justificar a esta Assembleia, que no impedimento quem é que representa a Assembleia nessa matéria".

A Presidente da Assembleia Municipal retorqui "(...), por isso mesmo, é que eu perguntei aos secretários da Mesa da Assembleia, se estavam disponíveis para ir ao Congresso.

Peço desculpa, se feri assim tanto a legalidade e o ponto de vista do senhor Jorge Pinto".

O membro Carlos Bacalhau desejou boa noite a todos os presentes e reforçou o seguinte "(...), a Presidente da Assembleia, deve ter a humildade de aprender, estamos aqui todos a aprender (...). Pelo que entendi das intervenções do membro Jorge Pinto, a senhora Presidente da Assembleia deveria ter perguntado a todos os membros da Assembleia, pois nós tínhamos o direito de estar representados no Congresso. O que lhe peço, é que vamos aprender todos uns com outros, em vez de estarmos com esta agressividade, sempre da parte da Presidente da Assembleia".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

O membro Nelson Gato desejou boa noite a todos os presentes e fez alguns pedidos de esclarecimento sobre algumas situações:

- Construções ilegais – os proprietários já foram notificados? Multados? Já houve ordem para demolição?

- Contrato Local de Segurança – depois do senhor Ministro da Administração – Eduardo Cabrita, ter anunciado a celebração do Contrato Local de Segurança, o que foi feito ao posterior? Já houve mais algum contacto com a Câmara no sentido de dar seguimento ao anunciado?

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...), existem duas construções ilegais, que irão ser resolvidas (...)”.

No que respeita ao Contrato Local de Segurança, informou que se trata de um assunto complexo, mas estão a ser seguidos os trâmites adequados.

Seguidamente teceu algumas considerações ao membro Nelson Gato, pelo empenho e dedicação com que tem tratado assuntos de residentes do concelho, no que respeita à sua integração no mercado de trabalho.

O membro Nelson Gato interpelou “(...), senhor Presidente, as construções ilegais às quais me referi, foi no sítio de Apoio à Ecopista e no Bairro Eborimo. Foi sobre este ponto de situação que ficaram de informar a Assembleia”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...), deitar abaixo é fácil. Mas se vocês forem comigo ver o que se passa nas construções ilegais no Sítio de Apoio à Ecopista, talvez tenham outra visão. São pessoas que têm de ter obrigações e direitos como todos nós. Aquele alojamento foi feito para ser temporário, por três entidades, Câmara, Santa Casa da Misericórdia e Segurança Social, e neste momento o problema está a tentar ser resolvido só pela Câmara, porque as outras duas entidades saíram”.

- Construções ilegais no bairro da Eborimo – “(...), existem espaços que deveriam ser espaços descobertos e estão ocupados com garagens. O assunto está a ser resolvido”.

O membro Nelson Gato usou da palavra e disse “(...), a senhora Presidente pediu contensão no início da Assembleia, e eu acho que a pergunta é simples, basta dizer, já ou não notificámos, fizemos ou não fizemos, porque o que se passa toda gente sabe (...). O que ficou aqui dito numa Assembleia, é que a Câmara iria fazer o levantamento, notificar, e contra algumas opiniões multar e legalizar. O que nós pretendemos saber é se isso já aconteceu, é só isso (...)”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...), o levantamento está feito, só o que falta é demolir se o caso for esse, e isso será feito quando nós entendermos, de acordo com o que é legal (...)”.

O membro Francisco Rijo desejou boa noite a todos os presentes e de seguida colocou as seguintes questões ao senhor Presidente:

- Será que o Pavilhão do Polidesportivo de Santiago Rio de Moinhos estará pronto, para a realização da Feira do Queijo?



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

- Qual a previsão para o acabamento do estacionamento iniciado na Rua António Poeta Talhinhos?
- Qual a possibilidade de se eletrificar a zona que vai da Ferrenha ao Pisão?

O Presidente da Câmara Municipal respondeu o seguinte:

- Pavilhão Polidesportivo Santiago Rio de Moinhos - "(...)", eu pensava que os técnicos da Câmara de Borba, com o devido respeito, soubessem mais sobre o projeto, mas depois de tudo exprimido resulta em pouco, no entanto tenho o maior respeito por estas pessoas. Pensei que os projetos pudessem ser feitos pelos nossos técnicos, mas enganei-me, eles têm falta de experiência nesta área. Chegámos à conclusão que é necessário, alguém de fora da Câmara, para tratar do projeto do Polidesportivo de Santiago Rio de Moinhos (...)"

Seguidamente, referiu a sua preocupação com os rails de proteção e com as bermas que vão deste a Ferrenha até ao Pisão.

O membro João Morgado desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...), senhor Presidente no que respeita aos ciganos, não sou racista, mas se eu me comporto em sociedade, se pago os meus impostos, compete a nós e à nossa sociedade impor-lhes uns limites, ou se integram ou temos que os excluir. Existem regras, então são para serem cumpridas! Compete-nos a nós essa missão, não quero que o Senhor carregue esse "fardo" sozinho. Nós fomos todos eleitos, temos de dividir o mal por todos. Só quero que o Senhor saiba, que eu e os eleitos do Partido Socialista, estamos aqui para ajudar".

Seguidamente informou, que as Juntas de Freguesia, deixaram de ter a receita do licenciamento dos caninos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 82/2019 de 27 de junho. Passam a existir somente duas categorias de caninos a "A" – que engloba todos os animais de estimação, e a "B" – que engloba os animais perigosos, os animais que correspondiam à categoria "C" – animais de caça e os cães guias, passam para a categoria "A".

Os animais serão registados através do SIAC e ninguém pode ter acesso a esses dados.

De seguida, perguntou "(...), a Câmara estará preparada para receber os cães/gatos vadios, os cães abandonados pelos caçadores, que aparecem no concelho?".

Relembrou, o Senhor Presidente, da reunião que prometeu ter com as Juntas de Freguesia, em 15/05/2019, sobre a Descentralização de Competências para as Juntas, "(...) é que o tempo está a passar e é necessário ter-se um conhecimento mais profundo desta situação".

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), o João tem razão no que diz, o problema gira sempre à volta das mesmas coisas, direitos e obrigações. Existem determinadas pessoas, aqui em Portugal, que só têm direitos. Mas essas pessoas se quiserem ter direitos, têm de ser integrados. Se nós para termos direitos, temos de ter deveres (pagar renda de casa, luz e água), o mesmo se tem que passar com essas pessoas. Acrescentou "(...), o Contrato Local de Segurança, que vamos assinar, visa abranger e solucionar parte deste problema".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

No que respeita à questão, de acolher os animais abandonados, referiu ser um problema complicado, para o qual procuram soluções urgentes.

O membro Carlos Bacalhau questionou sobre o ponto de situação de:

- Construções ilegais no Bairro EBORIMO, se já foi feito algo sobre este assunto?

Relativamente à Comunidade cigana em Borba, disse "(...), há um ano atrás eu perguntei ao senhor Presidente, o que é que o Gabinete de Ação Social da Câmara estava a fazer relativamente àquele alojamento temporário, uma vez que estava a atingir os dez anos. Na altura em que foi feito o contrato entre a Câmara, Santa Casa da Misericórdia e Segurança Social, o contrato foi feito para o alojamento temporário de setenta a oitenta pessoas de etnia cigana e os que fossem surgindo teriam de procurar casa, porque, não havia espaço suficiente para acolher mais pessoas. Neste momento estão a construir casas ilegais no mesmo sítio para acolher os cerca de cento quarenta ou cento e cinquenta pessoas existentes e com a agravante de referirem nos cafés que os materiais que utilizam, são cedidos pela Câmara. Gostava que o senhor Presidente responde-se a estas questões".

O membro Luis Baltazar disse "(...), a história da cigana fobia já me irrita solenemente e ainda me irrita mais a ignorância. A conversa que a comunidade cigana só tem direitos e não tem deveres é uma mentira (...). A nível de RSI, eles não chegam a 4% das pessoas que recebem este rendimento de inserção. Nós atacamos sempre as minorias. O problema que nós temos em Borba com a comunidade cigana, é um problema de habitação e é isso que a Câmara tem que perceber, as pessoas não podem estar ali colocadas num gueto, assim nunca vão conseguir integrar-se. Tem que haver uma estratégia concertada com as entidades do Governo e a Câmara, para resolverem este problema".

O membro Luis Alexandre desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...), o problema das pessoas de etnia cigana, começa a ser um problema complicado. A bancada do MUB, tomou uma posição em relação ao que se passou em Borba no dia 2 de novembro, sobre a qual passo a falar:

A bancada do MUB, repudia os atos iguais aos que aconteceram no dia 2 no concelho.

Não queremos ser apelidados de xenófobos, por isso independentemente da cor da pele, da etnia, credo, somos contra este tipo de violência.

Assim, deixamos aqui uma palavra de apoio, confiança e solidariedade para com os Bombeiros Voluntários de Borba, em especial às duas vítimas deste ataque bárbaro.

Atos iguais a estes, vêm sendo praticados no nosso concelho há algum tempo e não podemos ficar indiferentes.

Temos o exemplo do que se passa em Campo Maior, Estremoz, Elvas, Reguengos e Monforte, onde esta etnia está implantada em número elevado. Esta lista de locais onde isto acontece é bem mais extensa do que a que enumeramos.

O que fez o Governo do Partido Socialista, em relação a este facto? Nada! Antes pelo contrário, aumenta os seus rendimentos com subsídios dos impostos de todos nós.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

Em relação a Borba, é uma herança deixada pela governação do Partido Socialista à frente desta Autarquia. Onde noutra altura colheu os apoios do Governo Central e empurrou com a barriga para a frente o problema que estava visível na altura.

Assim, gostaríamos que este Executivo nos elucidasse se estamos perante casos isolados ou se temos que viver em sobressalto permanente de insegurança, como é o caso da Freguesia de Cabeça Gorda em Beja (...).

Seguidamente, colocou algumas questões ao Executivo.

- Será que com o Contrato Local de Segurança, nos sentiremos mais seguros?

- Existe algum plano para reforço de efetivos da Guarda Nacional Republicana para o concelho de Borba?

- O que ficou acordado com o Alto Comissariado para as Minorias Étnicas e o Coordenador Técnico de Apoio à dita Comunidade?

Por último deixou uma palavra de apoio para com o Executivo, "(...) para que tome as decisões mais sensatas em relação a este problema, olhando aos reais interesses dos Borbenses".

O membro **Carlos Bacalhau** respondeu ao membro Luis Alexandre "(...), está na altura de deixar de culpabilizar sempre o passado, porque temos que procurar soluções, tal como diz no final da sua intervenção na palavra de apoio ao Executivo, e é isso que nós queremos que façam alguma coisa (...)".

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu "(...), eu nunca me vou desculpar com quem esteve antes de mim (...), há outros que se mudam consoante as conveniências, mas eu nunca me vou mudar, eu estou para servir o povo de Borba, como sempre o servi. Houve pessoas que entenderam que iam tomar conta de Borba se eu fosse Presidente, naturalmente não conseguiram. O problema da etnia cigana, é um problema de todos os que estamos aqui, naturalmente será meu como Presidente de Câmara, mas é um problema de todos. Eles não podem ocupar o nosso espaço, mas existem muitas pessoas que lhes dão esse espaço (...)".

A **Presidente da Assembleia Municipal** disse "(...), após ter ouvido as intervenções do senhor membro Luis Baltazar e do senhor Presidente, entendi, que ambos apoiam que as pessoas de etnia cigana devem ter uma casa para habitar, então o senhor membro Luis Baltazar como representante da força política que ocupa o Governo, poderia ajudar o senhor Presidente da Câmara, a pressionar junto das autoridades competentes, para que esta situação se resolva".

O membro **Luis Baltazar** respondeu "(...), existe alguma estratégia planeada para a habitação? A questão é essa! Sem habitação nada nos vale um Plano de Segurança, porque eles vão estar ali num gueto".

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Luis Baltazar que havia uma estratégia. "(...), nós temos estratégia para Borba, sabemos o que queremos, não queremos é discussão de "treta".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

Queremos coisas objetivas, queremos que todos colaborem (...), quero aprender com vocês e não brigar (...), vocês são o futuro de Borba”.

O membro Carlos Bacalhau disse à senhora Presidente da Assembleia “(...), o Executivo da Câmara Municipal, é que tem de arranjar soluções e não o membro Luis Baltazar, ele é apenas um membro da Assembleia”.

Disse ao senhor Presidente da Câmara “(...), é ridículo tanta hipocrisia neste discurso, acho que devíamos acabar com isso, senão não nos leva a bons caminhos.

Continuo a aguardar a resposta relativamente às Construções da EBORIMO.

No que respeita às pessoas de etnia cigana, como diz o comunicado do MUB, o que é preciso são ações. O que acontece há anos, é que não se tomam medidas nenhuma, e as coisas continuam na mesma”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...), construções ilegais na EBORIMO, o assunto será resolvido, quando nós entendermos”.

O membro Paulo Ferreira colocou a seguinte questão “(...), senhora Presidente recebeu alguma resposta à Moção enviada sobre a possibilidade de construção da estrada EM255, até ao momento do senhor Ministro falar para a comunicação social?”.

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...), até ao momento não recebi nada!”.

O membro Luis Alexandre usou da palavra e falou sobre o seguinte assunto, publicitado nas redes sociais: “(...), *Master Tacho (...), a Câmara Municipal de Borba, decidiu designar como Coordenadora Técnica do programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, Maria do Céu Sebo, pertencente ao Executivo da Junta de Freguesia de Matriz, com um vencimento mensal de 2.437,00 €.*”

“Em reunião de Câmara no dia 04/06/2019, para este programa foi nomeada a senhora Andreia Sofia Zacarias V. Proença. A mesma senhora participou numa reunião dia 15/07/2019 no Concelho Local de Ação Social em representação do CLDS 4G. Posteriormente, e passado alguns dias, no dia 27/07/2019 em reunião de Câmara foi designada uma nova Coordenadora para o referido programa, a senhora Maria do Céu Sebo com quatro votos a favor e uma abstenção. Sendo, esta notícia falsa em relação ao vencimento, como mostrarei mais à frente, há questões que eu gostaria de ver clarificadas. Gostaria de perguntar ao senhor Presidente, o porquê da desistência da primeira Coordenadora, e se esta Senhora irá pertencer mais à frente a algum programa de desenvolvimento feito pela Câmara? Quando foi nomeada a 1ª Coordenadora do CLDS, pelo outro parceiro do projeto, o Presidente da Associação Montes Claros, o seu nome foi aprovado? Há mesma foram-lhe reconhecidas capacidades técnicas para o cargo? Qual o vencimento correto? O do Master Tacho de 2.437,00 € ou o que está no Mapa de Encargos com Pessoal Afeto à Operação de 1.100,00 €?

Sendo assim, gostaria de saber se o Senhor Vereador do Partido Socialista e a sua bancada se revêm neste tipo de notícia, de difamação e mentira, e de um assassinato de caráter, que foi feito à senhora



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

Maria do Céu Sebo. A Senhora tem capacidade técnica ou não para desempenhar as suas funções? Esta nomeação foi uma nomeação de caráter partidário, ou foi uma nomeação por competência? Ou será que fizemos o que o Partido Socialista e a CDU, fizeram quando presidiram o nosso concelho, em que intuíram os quadros desta Câmara com *Boys*.

Uma pergunta direta à bancada do Partido Socialista, porque não reagiram contra a nomeação das três pessoas por parte da Associação Montes Claros no projeto? Atendendo, que é uma Associação que mete três pessoas, o porquê só contra uma pessoa?

Por último, perguntar ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores do MUB, se não se sentiram atacados na sua integridade moral e na sua idoneidade, quando leram esta notícia?"

O membro Paulo Ferreira questionou a intervenção do membro Luis Alexandre "(...), não percebi a intervenção e passo a explicar porquê. Começaste por falar num comentário que apareceu nas redes sociais e a seguir passaste a noticiar isso como notícia. Notícia de quê? De quem? De alguma imprensa (...), ou um comentário que não é notícia?"

O membro Luis Alexandre respondeu "(...), Master Tacho, publicado pelo Partido Socialista/Borba".

O membro Paulo Ferreira respondeu "(...), o que o Partido Socialista diz não é notícia nenhuma é um comunicado. É que a notícia tem uma fonte credível e um comunicado qualquer pessoa pode falar nisso! Estão a falar de duas coisas diferentes. Acho que me estou a explicar bem!"

A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e tentou esclarecer a intervenção do membro Luis Alexandre. "(...), no Facebook da concelhia do Partido Socialista apareceu um comunicado a dizer que a senhora Maria do Céu Sebo, estava a receber um vencimento de 2.437,00 € (...)".

O membro Paulo Ferreira esclareceu "(...), existe uma grande diferença entre um comunicado lançado numa rede social e aquilo que é uma notícia (...)".

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu "(...), penso que a questão já está esclarecida, é uma questão de português (...)".

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse "(...), após a desistência da senhora Andreia Zacarias V. Proença, de Coordenadora dos CLDS 4G, pensámos em colocar alguém que apoiasse o Movimento Independente (...)".

A Presidente da Assembleia Municipal interrompeu "(...) senhor Presidente, penso que a pergunta do senhor membro Luis Alexandre, é porque é que a senhora Andreia Zacarias Proença, desistiu de ser Coordenadora dos CLDS 4G (...)".

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), desistiu por motivos pessoais".

O membro Nelson Gato disse "(...), senhora Presidente, penso que o senhor Presidente já respondeu, porque a pergunta relativamente à competência técnica, o senhor Presidente disse que era alguém que apoia o Movimento. Competência técnica não interessa para nada!"



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

O **Presidente da Câmara Municipal** interveio e disse "(...), peço desculpa, mas existe aqui um equívoco muito grande. Após a desistência da primeira concorrente, por motivos pessoais e profissionais, pensámos em arranjar alguém com perfil adequado para desempenhar essa função, a pessoa concorreu e foi selecionada".

Seguidamente, fez uma explicação da candidatura do CLSD 4G. "(...), o CLDS foi proposto à Santa Casa da Misericórdia de Borba, e esta instituição respondeu que "aquilo", não era a Caixa Geral de Depósitos, para pagar sem receber dinheiro do Estado. Quando fiz esta proposta, sugeri para integrar no projeto duas pessoas da Câmara e uma da Santa Casa. Entretanto, sugeri, que a integração neste projeto fosse feita com Santa Casa da Misericórdia, Câmara Municipal e Associação Desenvolvimento Montes Claros, ao qual foi negado esta sugestão. Após esta desistência, ficou acordado que a candidatura a este projeto seria feita através da Câmara Municipal e a Associação Montes Claros, e em que participariam duas pessoas da Câmara Municipal e uma da Associação Desenvolvimento Montes Claros (...). O que eu quero e pretendo, é que o valor de cerca de quinhentos mil euros deste projeto, beneficiem o concelho de Borba e as pessoas que nele habitam (...)"

O **membro Paulo Mendanha** usou da palavra para reforçar a intervenção do senhor membro Luis Alexandre e disse "(...), lamentar a publicação que foi insultuosa e caluniosa, referente ao CLDS e à sua Coordenadora, acho que esta conduta deve ser repudiada e deveria ser punida por flagrante violação do direito à honra e à dignidade. Isto, porque o valor do orçamento anual com Encargos com o Pessoal Afeto à Operação, pelo que se sabe, é totalmente diferente do indicado na publicação. Perante os factos, verificamos todos nós no Movimento, que existe má fé nessa publicação feita (...)"

Seguidamente, colocou umas questões ao senhor Presidente:

- "Quem é o atual Presidente da Associação Desenvolvimento Montes Claros? Porque é que não foi emitido nenhum comunicado, pela mesma?"

O **membro Luis Baltazar** respondeu "(...), em nome do Partido Socialista, digo que quem fez aquela publicação foi a concelhia do Partido Socialista, nada do que está naquela publicação é mentira, nenhum daqueles que aqui está, o pode dizer que o é, porque não o é, o que ali está, é verdade! A informação que o Partido Socialista tinha, foi recebida por o nosso Vereador (...), em reunião de Câmara. O que ali está é o que estava em Diário da República. O Partido Socialista, não tem nada a ver com a Associação Desenvolvimento Montes Claros, ninguém que está no Secretariado do Partido Socialista faz parte dos corpos da Associação Montes Claros (...). No entender do Partido Socialista, o que está exposto naquele comunicado, é que achamos, que deveríamos informar a população sobre o que ali se passava. O que está no comunicado é o que está em Diário da República, eu não tenho outro tipo de informação (...)"

A **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu e chamou a atenção para a forma como os senhores membros se estavam a comportar. Estavam a entrar em dialogo e isso não é permitido.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

O membro **Luís Baltazar** continuou "(...), quando me estão a interpelar de uma coisa que está em comunicado e me dizem que é mentira (...). O que lá está, é que o vencimento da Coordenadora, poderá a vir a ser isto. Aquilo foi um comunicado feito à cerca de quatro ou cinco semanas, não tenho conhecimento de orçamentos, ninguém na Câmara teve o conhecimento da parte dos Vereadores da oposição. Como é que nós adivinhamos um orçamento que nem sequer conhecemos!".

O membro **Luis Alexandre** usou da palavra e leu o que estava no comunicado que estava em discussão.

O membro **Paulo Mendanha** usou da palavra para falar sobre o processo do colapso da EM255 Borba /Vila Viçosa, e a notícia avançada pela reportagem da RTP no dia 11 de novembro. "(...), demonstrar aqui por parte dos eleitos do MUB, solidariedade para com o senhor Presidente e Vice-Presidente e lamentar que tenham sido avançados os vossos nomes na notícia, estando o processo em segredo se justiça. É, de lamentar não haver nenhuma informação da senhora Ministra da Justiça, sobre esse tipo de informação. Esperava eu que as autoridades, Ministério Público e a Polícia Judiciária, averiguassem este tipo de notícia, talvez por uma fuga de informação, seja ela verdadeira ou não, mas não se ouvi nada! (...).

Acho que deveria ser feita uma Tomada de Posição conjunta (Câmara/Assembleia), e fazer chegar à senhora Ministra da Justiça, sobre a nossa posição relativamente a esta notícia, na qual foram avançados dois nomes de pessoas de Borba, num processo que está em segredo de justiça, pondo em causa o Município de Borba e o bom nome de Borba".

O **Presidente da Câmara Municipal** disse "(...), agradeço a solidariedade demonstrada pelas pessoas presentes e ausentes (...). A única pessoa responsável aqui, por Borba, sou eu e não o senhor Vice-Presidente".

O membro **Carlos Bacalhau** usou da palavra para questionar o Executivo por causa da não realização da Semana da Juventude em Borba.

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu "(...), esta informação já foi dada na sessão da Assembleia Municipal de setembro, pelo senhor Vereador Quintino. A Câmara é quem apoia praticamente na íntegra todos os espetáculos apresentados na Semana da Juventude (...). Esta, era a forma que este Executivo entendeu para ajudar a Borba Jovem e as outras Associações a ganharem dinheiro para pagarem as suas dívidas".

Seguidamente, cedeu a palavra ao senhor Vereador Quintino para responder ao senhor membro Carlos Bacalhau.

O **Vereador Quintino Cordeiro** usou da palavra para responder ao senhor membro Carlos Bacalhau. "(...), na última Assembleia, em setembro, eu já falei sobre este assunto. A Semana da Juventude, não aconteceu em Borba este ano, não por culpa da Câmara, porque a Câmara está sempre pronta a apoiar as Associações (...). Tive uma reunião com o senhor Presidente da Borba Jovem, na qual o informei que a Câmara iria apoiar a Semana da Juventude, mas em moldes diferentes do ano anterior.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

Porque no ano anterior, o Município fez um esforço enorme para conseguir dar aquele apoio extraordinário, para que a Associação pudesse pagar as dívidas existentes. E a resposta do Presidente da Borba Jovem, foi “*então assim não faço!*”, e levantou-se e até hoje não o vi mais”.

O membro Carlos Bacalhau interveio e disse “(...), eu não estou a dizer que a culpa foi da Câmara, apenas queria um esclarecimento para a não realização deste evento”.

Seguidamente, referiu “(...), os valores dos custos da Festa da Vinha e do Vinho deste ano, no que respeita aos espetáculos, deixaram-me um bocado confuso, em relação à não realização da Semana da Juventude. Ao ver que só em espetáculos este ano na Festa da Vinha e do Vinho, gastou-se na ordem de cinquenta mil euros. Não podemos dizer que a não realização da Festa da Juventude, foi por falta de dinheiro, porque, podemos constatar aqui no programa da Festa da Vinha e do Vinho, os grupos superaram os cinquenta mil euros”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...), todos nós temos as nossas opções, mas o importante é sermos realistas no que fazemos, e trazeremos pessoas a Borba.

Lamentavelmente o espaço da Borba Jovem não funciona há muito tempo e não é por culpa da Câmara”.

O Vereador Quintino Cordeiro esclareceu “(...), o documento do relatório dos custos da Festa da Vinha e do Vinho, entregue ontem em reunião de Câmara, contempla o total que foi pago da Festa da Vinha e do Vinho, não é mais que o ano passado. Estão aqui contemplados, todos os custos da festa. Todos os custos que estão aqui a mais, dizem respeito aos custos inerentes à contratação dos artistas. O valor dos cento e quarenta mil euros, não é superior ao custo do ano 2018”.

O membro Carlos Bacalhau respondeu “(...), eu só referi que o valor pago em espetáculos foi de mais de cinquenta mil euros (...). Eu não estou a criticar, apenas estava a puxar o lado dos jovens. Penso que a Câmara poderia ter encontrado uma solução para a realização da Festa da Juventude (...)”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...), é fácil fazer coisas com o dinheiro dos outros e quando o dinheiro vai para outros. Enquanto, eu for Presidente da Câmara, todos os espetáculos que fizermos em festas é de borla. Quando, tivermos um pavilhão de eventos em condições, aí pensaremos de outra maneira. Quando nós apoiamos, que o benefício seja de todas as pessoas e de todas as famílias e não só de alguns”.

O membro João Morgado disse “(...), senhor Presidente, o Senhor e o seu Executivo é que foram eleitos, logo são vocês que têm de responder perante as pessoas que os elegeram. O meu bom senso enquanto Presidente de Junta, Cidadão e Empresário, já fico preocupado, quando vejo as decisões que por um lado são suas, senhor Presidente, mas também temos de pensar que temos que apoiar quem paga impostos, quem cria empregos, e um pouco por aí (...), daí as minhas perguntas, em como está o projeto da Zona Industrial da Orada e os projetos dos Centros de Dia na Orada e na Nora”.

O Presidente da Câmara Municipal disse “(...), quando vim para a Câmara, decidi comprar/trabalhar com as pessoas de Borba e em situações que não seja possível, com pessoas o mais próximo de Borba. A empresa que está instalada nas Infraestruturas do Polo Industrial de Apoio à Agricultura - Zona Industrial da Orada, cada vez cria mais postos de trabalho, apesar de não ter as condições desejadas para funcionar. Neste momento existem seis empresas que concorreram, para executar a obra deste Polo Industrial, estão a ser analisadas as candidaturas. É uma obra no valor de trezentos e dezoito mil euros e pretendo que esteja terminada em 2021”.

O membro João Morgado usou da palavra para realçar a importância de um apoio de incentivo e desenvolvimento para determinados setores do Alentejo e da zona onde vivemos. Deu como exemplo, apoios prestados aos agricultores na França e na Alemanha. Referiu, ser esta uma forma de desenvolvimento para diversos setores no Alentejo. Se houver desenvolvimento existem novos postos de trabalho e as pessoas não necessitam de deixar a sua terra.

Terminou a sua intervenção, afirmando “(...), é assim que eu vejo o futuro e a não desertificação do nosso país, é ajudando quem dá postos de trabalho, e assim todos melhoramos (...)”.

O Presidente da Câmara Municipal disse concordar com a intervenção do membro João Morgado, na sua opinião é primordial o desenvolvimento da economia local.

PONTO DOIS PONTO TRÊS: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Câmara Municipal disse “(...), as minhas atividades mais relevantes estão enunciadas, nos documentos entregues a todos os presentes, no entanto quero ressaltar o seguinte:

- Estamos a discutir com três ou quatro empresas a possibilidade de instalação na Zona Industrial do Alto dos Baceiros.
- O Plano Diretor Municipal, é uma das nossas prioridades, em meu entender, não deve haver “espartilhos”, devemos ser flexíveis dentro da legalidade e ter liberdade para fazer as coisas (...)”.

O Vereador Joaquim Espanhol usou da palavra para referir que em relação às suas atividades, estão no documento de apoio, se houver algumas dúvidas está aqui para esclarecer, no entanto realçou a:

- Obra de reabilitação de edifício na Rua Maria de Borba, n.º 2 e restauro do acesso pedonal do Adarve Sul da Muralha do Castelo de Borba:
Início das obras em 10/09/2019;
Previsão do fim da obra em 07/09/2020;
Está cerca de 20% do total da obra executada;
Estão faturados cerca de dez mil euros, mais um auto que está a ser analisado, estamos dentro dos prazos previstos.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

- Programa de recolha porta a porta de reciclados:

Projeto entre a Gesamb e o Município de Borba - Viatura adquire;

A recolha é feita na terça-feira e quinta-feira;

Desde de setembro, até hoje temos cerca de doze toneladas de produtos recolhidos (ferrosos, embalagens de papel e cartão, embalagens de plástico e embalagens de vidro);

A nível de Municípios do Alentejo Central, somos o segundo Município com maior recolha.

O Vereador Quintino Cordeiro usou da palavra para referir em relação às suas atividades, se houver alguma dúvida, está aqui para esclarecer.

O membro Jorge Pinto interveio e disse "(...), mais uma vez o relatório que nos é dado, com todo o respeito pelo trabalho que é feito, não é um relatório de balanço do compromisso da Câmara Municipal para com os borbenses (...). Num dos requerimentos que fiz à Câmara, a matéria que requeri deveria fazer parte dos relatórios do senhor Presidente da Câmara. Neste momento, eu estou em vantagem em relação aos outros membros desta Assembleia, que provavelmente não conhecem a informação que eu legitimamente pedi e que a Câmara Municipal devidamente me forneceu (...), que falam não dos tostões, mas dos milhões.

As Câmaras Municipais, têm sido chamadas à CCDRA, para fazerem o ponto de situação do Portugal 2020, relativamente aos projetos a que se candidataram. Na medida em que o Portugal 2020, acaba em 2020, quando o quadro comunitário se aproxima do fim, há que saber quais os projetos que credivelmente vão ser são executados e aqueles que não tiverem credibilidade de ser executados são "varridos", da lista e serão reforçados outros.

Então, eu pedi o ponto de situação do Quadro Comunitário de Apoio no concelho de Borba e vejamos a informação que a Câmara me deu:

- **Projeto de Reabilitação do Celeiro da Cultura**

Total do Investimento 243.797,30 €;

Candidatura homologada em 08/06/2017;

Obra adjudicada em 29/08/2018;

Execução 0;

Obra suspensa para realojamento do morador do 1º andar.

- **Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba**

Total do Investimento 144.089,85 €;

Candidatura homologada em 29/11/2018;

Obra adjudicada em 17/05/2019;

Execução em 30/09/19 no valor de 9.826,67 €.

- **Casa Social de Borba – Casa de Acolhimento Temporária**

Total do Investimento 104.800,00 €;

Candidatura homologada em 13/09/2018;

Está a decorrer o procedimento de contratação;

A candidatura está comprometida pela Câmara Municipal, porque esta obra era para estar concluída em 02/09/2019.

- **Reabilitação dos Centros de Dia da Nora e da Orada**

São obras que ainda não tem a homologação feita, porque a meio das candidaturas, as mesmas foram alteradas e então ficamos sem “o saco e o atilho”, porque deixaram de estar homologadas.

Não há nenhum compromisso da entidade de gestão de as financiar.

O compromisso que havia, era só para valores mais pequenos, quando as Candidaturas eram só para os Centros de Dia.

- **Pólo Industrial e de Apoio à Agricultura da Orada**

Total do Investimento 317.890,00 €;

Candidatura homologada em 14/12/2018;

Prazo de conclusão previsto obra 31/12/2019;

Está a decorrer o procedimento de Contratação Pública;

Esta obra é uma daquelas, que pode ser “varrida”.

O que eu peço à Câmara Municipal, é que hoje perante esta Assembleia diga quais são os compromissos que vai assumir para que estas candidaturas não venham a cair e os dinheiros não vão para outros lados.

- **Valorização do Polidesportivo de Rio de Moinhos**

Total do Investimento 175.000,00 €;

Candidatura homologada em 21/12/2018;

Valor entregue à Câmara 50.239,44 €;

Prazo de conclusão previsto obra 31/12/2020;

Encontra-se a ser elaborado/preparado o procedimento de contratação pública, a desenvolver por meio de empreitada por concurso público.

No fundo senhor Presidente, o que nós aqui temos é um conjunto de dois milhões duzentos e noventa e sete mil, vinte e um euros e noventa e um cêntimos de investimentos lançados pelo concelho, que prometem um cofinanciamento no valor de um milhão setecentos e setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos. E o Plano de Atividades diz que serão realizados em 2020, o valor de um milhão trezentos e trinta e seis mil quinhentos e sessenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

Neste momento estão realizados quarenta e cinco mil setecentos e oitenta e cinco euros e um cêntimo ou seja 2%. A pergunta é, porquê estes atrasos? Qual a responsabilidade destes atrasos? E como é que a Câmara Municipal garante que estes atrasos não se tornarão em perdas de valor!"

Outro assunto, abordado pelo membro Jorge Pinto, foi o valor da Derrama no concelho de Borba. "(...), o valor de derrama cobrado no nosso concelho, são cerca de vinte e dois mil euros, o que reflete dinâmica económica deste concelho. Este valor, é pago por um universo de sessenta e oito empresas no Município de Borba. Deduzo, dos dados fornecidos, que 23% da derrama paga no concelho de Borba, é paga pela atividade económica dos operadores económicos da freguesia da Orada. Rio de Moinhos tem um peso de 4% na derrama do concelho de Borba. Nós temos de nos "afligir", deste desastre que está aqui! As empresas que pagam mais derrama, é sinal que são produtivas (...). Com estes valores, poderemos estar num concelho à beira da "morte". Fico preocupado com a dinâmica da economia deste concelho. Senhor Presidente, preocupa-me que haja grandes empresas nacionais que estão sediadas em Borba e que são obrigadas a preencher o modelo 22 do IRC, onde têm que declarar quantos funcionários têm em cada concelho, não estarem aqui mencionadas nestes documentos, como a CGD e o BCP. Aqui, o senhor Presidente da Câmara fica obrigado a ir à Autoridade Tributária, porque a Autoridade Tributária é responsável por esta fraude. O que quer dizer que o valor da derrama destas empresas está a entrar em Lisboa, mas isto é por falta de fiscalização do Município. Senhor Presidente, quando o volume de negócios de um sujeito passivo, resulta em mais de 50% da exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, podem os municípios interessados, mediante requerimento fundamentado à Autoridade Tributária, exigir a fixação de derrama a favor desse município. Isto é, há imensas empresas de pedreiras, que não têm sede em Borba, que exploraram o mármore aqui, (...), mas a Câmara Municipal, que tem aquele grande Slogan "Borba, Faz Bem" (...). O fazer bem, era atuar, fazer uma proposta concreta a esta Assembleia e à Autoridade Tributária, para que as empresas dos mármore, que não tendo sede em Borba, mas explorando o mármore em Borba, pagassem derrama em Borba. Isto, é que é apoiar o desenvolvimento económico, e depois pegar neste dinheiro e levá-lo para a promoção das feiras, dos queijos, do azeite, da agricultura. Quarenta e um por cento das empresas que pagam derrama em Borba está ligada ao setor agroalimentar é a agricultura. É sobretudo na Orada que está o ganho desta gente que aqui vive.

Senhor Presidente, quando tenho dito e volto a dizer que os Relatórios da Atividade da Câmara, não são relatórios, não cumprem a obrigação de prestação de contas a esta Assembleia, digo com fundamento, porque ao requer estes elementos de qualidade, permitem demonstrar a cada um dos que estão aqui sentados, qual a sua real capacidade para analisar as situações reais deste concelho, e para fazer propostas concretas, como as que a CDU irá fazer, quando chegar os pontos respetivos desta a matéria".

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), o importante para nós é perceber qual é a nossa posição em termos sociais e em termos económicos. Não havendo trabalho, não havendo produção de riqueza, não há pagamento de impostos".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

Agradeceu ao membro Jorge Pinto, a intervenção feita e os esclarecimentos prestados.

O membro João Morgado questionou se as empresas de donos estrangeiros, criadas e sediadas no nosso concelho, tinham de pagar a Derrama no nosso concelho?

O membro Jorge Pinto respondeu "(...), quando trouxe estes elementos aqui, não foi para dar lições (...), foi por dois motivos, motivo político e não técnico. Primeiro, evidenciar que o Relatório de Atividades da Câmara, não existe! Segundo, quando falei dos Fundos Comunitários, foi para dar o espelho do perigo do ponto da situação em que estamos. No que respeita à Derrama, foi para evidenciar que o concelho de Borba neste momento sofre de agonia (...). O que aqui está, é que a curto prazo já estamos todos "mortos" (...). Não é competência minha dizer qual é a lei que diz, que é responsabilidade da Câmara desenvolver uma ação para exigir junto da Autoridade Tributária, que as empresas que exploram os recursos naturais, paguem os impostos onde exploraram e não onde têm a sede. Isto, é competência política de quem assumiu e ganhou a Câmara Municipal. Não é competência política de quem está aqui sozinho na oposição! Eu, estou aqui na oposição, para dizer que o MUB, faz mal (...), porque infelizmente conduziu-nos a este desastre.

O que está aqui politicamente, é que nós estamos a caminhar para um abismo, (...), é isto que está aqui na economia do concelho.

Uma pergunta que desde já, deixo na atividade (...), porque é que em 2017, 2018 e 2019, no Orçamento e no Plano de Atividades da Câmara, estava e não se fez, o desenvolvimento da Zona Industrial do Alto dos Bacos e agora "esfumou-se", do Plano de Atividades que vamos discutir para 2020. É aqui, que está a questão da economia! É aqui, que está a questão do desenvolvimento do concelho! (...), estou aqui a fazer afirmação política que o MUB, está a levar este Município à morte".

A Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao plenário se concordavam com a continuidade da sessão da Assembleia, uma vez que tinham atingido a meia noite.

A continuidade da sessão foi aprovada por maioria dos membros.

O Presidente da Câmara Municipal perguntou ao membro Jorge Pinto, como é que era a cobrança da Derrama, em legislaturas anteriores.

O membro Jorge Pinto respondeu "(...), basta analisar o quadro que os serviços da Câmara fizeram, para perceber, que aqui à pouco mais de meia dúzia de anos, a derrama que se cobrava no Município de Borba, era sensivelmente o dobro daquela que está prevista para ano".

O Presidente da Câmara Municipal disse "(...), e isso foi porquê? As empresas fecharam todas, foram todas à falência? (...)".

O membro Paulo Mendanha disse "(...), estive a consultar aqui o Histórico de Cobranças de Derrama Pelo Município, os valores da derrama e as receitas não variam muito, acho que não é o MUB, que faz mal".



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and a signature that appears to be 'A. Pinto'.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à Ata n.º 7 da Sessão Ordinária de 27 de setembro de 2019;

A Presidente da Assembleia não havendo inscrições, colocou a ata a votação, tendo a mesma sido **aprovada com quinze votos a favor (dez votos dos eleitos do MUB, três votos dos eleitos do PS e dois votos dos eleitos do PSD).**

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Jorge Pinto; Carlos Bacalhau; Luis Baltazar e Francisco Rijo.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apresentação de Propostas de Votos de Pesar;

A Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário a inclusão de um Voto de Pesar que o Partido Socialista, tinha para apresentar, uma vez que o conteúdo do mesmo, na tinha sido enviado aos membros da Assembleia.

O membro Jorge Pinto disse "(...), senhora Presidente, a Assembleia Municipal não pode impedir a apresentação de qualquer proposta alternativa (...). A única coisa que tem que ser distribuída, são os documentos para discussão. E, abertos os documentos para discussão, tirando os pontos da lei em que a Assembleia Municipal, apenas pode aprovar ou reprová-la, as propostas da Câmara, que é o orçamento, matéria de pessoal e uma outra, a Assembleia Municipal tem poderes, inclusiva nas propostas da Câmara Municipal de as alterar (...)".

Seguidamente o membro Luis Baltazar apresentou e leu o voto de Pesar, que se transcreve e se arquiva em pasta anexa como o documento n.º 2).

a) Voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista

"Voto de pesar pela morte de José Mário Branco

Cantor, compositor, artista de variedades, José Mário Branco foi acima de tudo um lutador contra as opressões. Resistente à ditadura que o obrigou ao exílio em Paris onde acabou por viver as transformações únicas do maio de 68. Regressado a Portugal, após o 25 de abril, com Zeca Afonso, Sérgio Godinho, Fausto, Adriano Correia de Oliveira e outros que fizeram canções que levantaram gerações e contribuíram, como poucos, para reavivar o sonho antigo – uma comunidade em que a igualdade e a fraternidade



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

predominam sobre a ganância do sistema capitalista, em que há respeito pelo trabalho e solidariedade sem tréguas com os mais pobres.

Além do património musical ímpar, José Mário Branco deixou-nos sobretudo – que há sempre qualquer coisa que precisamos de fazer, tendo presente que uma saída positiva para as grandes massas nunca está na moderação, está na radicalidade.

Continuaremos com a sua inquietação, em busca desse sonho lindo, pelo fim da opressão do Homem pelo Homem e a construção de uma sociedade em que cada contribua segundo as suas possibilidades e cada um receba segundo as suas necessidades.

Os eleitos do Partido Socialista.”

Seguidamente a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o Voto de Pesar à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

Posteriormente, foi apresentado um Voto de Pesar pela Presidente da Assembleia Municipal, que se transcreve e se arquiva como o **documento n.º 3**).

b) Voto de Pesar apresentado pela Presidente da Assembleia Municipal

“Voto de Pesar pelo falecimento do Exmo. Senhor Dr. Joaquim Miguel Bilro Manguinhas

No passado dia 26 de outubro do corrente ano foi com a maior emoção e consternação que no concelho de Borba foi recebida a notícia que tinha falecido aos 73 anos de idade, o Senhor Dr. Joaquim Miguel Bilro Manguinhas, “filho de Borba” estimado por várias gerações de Borbenses, que cinco anos após o vinte e cinco de abril de 1974 assumiu um papel fundamental na implementação da Democracia no concelho onde nasceu, ao ser eleito Presidente da Assembleia Municipal de Borba, função que assumiu e desempenhou com grande entusiasmo e empenho, nos mandatos de 1979-1982, 1989-1993 e 1994-1997, e que na qualidade de democrata que sempre foi, ocupou com singeleza que sempre caracterizou a sua forma de estar na vida o lugar de membro dessa mesma Assembleia nos mandatos de 1998-2001 e 2002-2005.

Além do político há, ainda, a destacar o profissional pela forma responsável e idónea como este Borbense desempenhou a sua profissão de Médico Obstetra no Hospital do Espírito Santo em Évora, trabalho que se repercutiu positivamente no distrito de Évora e no concelho de Borba, onde carinhosamente o povo o apelida de “Dr. Manguinhas”.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

1. *Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do Senhor Doutor Joaquim Miguel Bilro Manguinhas, guardando um minuto de silêncio em sua memória;*
2. *Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".
A Presidente da Assembleia Municipal.
Célia Maria Matos Alpalhão."*

Seguidamente foi colocado à votação, o Voto de Pesar, tendo o mesmo, sido **aprovado por unanimidade**.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Apresentação de Propostas de Votos de Louvor;

O membro **Paulo Mendanha** leu um Voto de Louvor, entregue pelos membros do MUB, por Mérito Desportivo ao Atleta Rui Corvelo, que se transcreve e se aquiva em pasta anexa como o **documento n.º 4**).

a) Voto de por Mérito Desportivo

"Rui Corvelo, atleta borbense, aluno da Escola Secundária Pública Hortênsia de Castro de Vila Viçosa, sagrou-se Campeão Nacional de Velocidade, durante os campeonatos de Desporto Escolar. Rui Corvelo, atingiu a marca do 10"86 nos 100 metros, nas provas que decorreram em Elvas durante o mês de maio e junho (31 de maio a 2 junho) de 2019.

Com este título, alcançado pelo atleta borbense, a Escola Secundária Pública Hortênsia de Castro, sagrou-se bicampeã nacional de velocidade.

Rui Corvelo que atualmente veste as cores do Sporting Clube de Portugal, sagrou-se, em julho de 2019, campeão nacional nos 100 metros, em simultâneo, obteve a qualificação para os Europeus Sub20 de atletismo. Venceu 3 medalhas do Campeonato Nacional: ouro nos 100 metros, prata nos 200 e ouro na competição de estafetas 4x100, além do título nacional coletivo.

Neste contexto, vem a Assembleia Municipal de Borba reconhecer e louvar a Rui Corvelo o mérito desportivo escolar e pessoal alcançado pelo atleta, pelo seu trabalho, empenho e dedicação, e também louvar todos os jovens naturais do concelho de Borba, que contribuem para o desenvolvimento do concelho e levam o nome de Borba mais alto.

Os membros da Assembleia Municipal do MUB."

Seguidamente, foi colocado à votação, o **Voto de Louvor por Mérito Desportivo a Rui Corvelo**, tendo o mesmo, sido **aprovado por unanimidade**.

O membro **Paulo Mendanha** leu um Voto de Louvor, entregue pelos membros do MUB, por Mérito Desportivo ao Atleta Paulo Santos, que se transcreve e se aquiva em pasta anexa como o **documento n.º 5**).

b) Voto de Louvor por Mérito Desportivo

“Paulo Santos, aluno da Escola padre Bento Pereira e um dos utentes do Centro de Apoio a deficientes Luís da Silva em Borba, sagrou-se, em junho de 2019, pelo segundo ano consecutivo Campeão nacional de Boccia em Desporto Escolar.

Com o seu esforço e dedicação tem alcançado inúmeras conquistas na modalidade de Boccia. E a este título Paulo Santos juntou a convocatória para representar a Seleção Nacional no campeonato de Finlândia que decorreu durante o mês de junho de 2019, tendo conquistado a medalha de prata, na categoria individual BC4.

Neste contexto, vem a Assembleia Municipal de Borba reconhecer e louvar a Paulo Santos o mérito desportivo escolar e pessoal alcançado pelo atleta, pelo seu trabalho, empenho e dedicação, e também louvar todos os jovens naturais e residentes do concelho de Borba, que contribuem para o desenvolvimento do concelho e levam o nome de Borba mais alto.

Os membros da Assembleia Municipal do MUB.”

Após, efetuada a correção, pedida pelo membro Paulo Ferreira e aprovada pela maioria dos membros, foi colocado à votação, o **Voto de Louvor por Mérito Desportivo a Paulo Santos**, tendo o mesmo, sido **aprovado por unanimidade**.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2020;

O membro **Jorge Pinto** reforçou “(...)”, como referi há pouco, empresas de índole nacional não são devidamente acauteladas pela Autoridade Tributária, na sua distribuição da massa salarial. É da responsabilidade exclusiva do Município, na proposta que nos traz, sendo este um Município em que uma das suas principais atividades são os recursos naturais, explorados pelas pedreiras, não aplica aquilo que a lei das Finanças Locais lhe passou a facultar, que é fazer propostas, negociar com a Autoridade Tributária, a aplicação da derrama, de forma a beneficiar os concelhos da respetiva extração e não os concelhos da sede das suas empresas”.

Seguidamente, apresentou uma proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2020, que se passa a transcrever e arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 6**).



Borba
município

Município de Borba

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

“De acordo com a informação prestada pela Câmara Municipal e que não corresponde a todos os sujeitos passivos de IRC teremos um universo de 70 empresas com rendimentos até 150 m € e 75 com rendimentos superiores, sendo que de acordo com os dados da AT, no presente ano e relativamente ao exercício de 2018 apenas 68 empresas liquidaram IRC.

Avaliando por escalão temos que:

5 Empresas pagaram entre	1.000 € e 2.500 €	num total de 8.411,78 €
6 Empresas pagaram entre	500 € e 1.000 €	num total de 4.338,41 €
14 Empresas pagaram entre	250 € e 500 €	num total de 5.407,25 €
20 Empresas pagaram entre	100 e 250 €	num total de 3.051,53 €
23 Empresas pagaram entre	0,42 € e 100 €	num total de 1.137,99 €

Atendendo a proposta apresentada pelo MUB corresponde a uma taxa de 1,2% para as empresas com volume de negócios acima dos 150 mil € e 0,01% para as pequenas empresas, o que representa uma redução da receita perda de receita de 11.500 €, a CDU propõe a aplicação das taxas de 1,5% e 0,5% sendo esta verba aplicada no apoio e promoção da atividade económica”.

O Presidente da Câmara Municipal disse “(...) , existem situações que são políticas e que nós assumimos claramente, a nossa proposta é a que foi enviada para todos vós, no entanto agradeço o contributo dado por todos”.

O membro Nelson Gato disse “(...) , eu percebi que o objetivo da proposta da Câmara com os 0,01%, era, como não pode isentar, criou uma taxa residual (...)”.

De seguida, foi colocada à votação a proposta apresentada pelo membro Jorge Pinto, a qual foi reprovada, com doze votos contra (dez eleitos do MUB e dois eleitos do PSD) e sete votos a favor (seis eleitos do PS e um eleito da CDU).

Seguidamente, foi colocada à votação a Proposta da Câmara Municipal:

3.1) A Assembleia Municipal deliberou por maioria com dez votos a favor (eleitos do MUB) e nove votos contra (seis eleitos do PS, dois eleitos do PSD e um eleito CDU), aprovar a autorização para lançamento de uma taxa normal de derrama de 1,20% sobre o lucro tributável das empresas sujeito e não isento de IRC, para o ano de 2020, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 18.º do RFALEI.

3.2) A Assembleia Municipal deliberou por maioria com doze votos a favor (dez eleitos do MUB e dois eleitos do PSD) e sete votos contra (seis eleitos do PS e um eleito da CDU), aprovar a autorização para lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,01% sobre o lucro tributável dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 EUR,



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

sujeito e não isento de IRC, para o ano de 2020, nos termos previstos no n.º 24 do art.º 18.º do RFALEI.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de Grandes Opções do Plano 2020-2023 e de Orçamento 2020;

O membro **Jorge Pinto** usou da palavra e disse "(...)" para além do que há pouco referi no grosso do quadro Comunitário de apoio, naturalmente dados os irreparáveis atrasos e da forma de prorrogação que têm, retiram a este orçamento qualquer credibilidade do seu ponto de vista político, há a acrescer o seguinte, do documento que solicitei à Câmara Municipal, é mencionado que não estão homologadas candidaturas como por exemplo, a Reabilitação e Adaptação e Criação dos Centros de Dia da Nora. A regra número um na elaboração dos orçamentos, é a previsão de receitas nomeadamente de cofinanciamentos, só podem ser inscritas no orçamento depois das respetivas candidaturas aprovadas, e se elas não estão homologadas, não estão aprovadas, logo essas verbas não podem estar do lado da receita do orçamento!"

Continuou e questiona os critérios utilizados na elaboração do orçamento para 2020, considerando que a forma como foi feito, não está em condições de ser votado por esta Assembleia Municipal. "(...)", a autorização para o empréstimo, não foi dada, a banca não foi contratada, não foi consultada, contrato de empréstimo não há, mas no empréstimo já lá estão duzentos e cinquenta mil euros (...). Eu dei dois exemplos, de sobre aquecimento do orçamento de forma perfeitamente ilegal e marginal, implicando o valor de cerca de meio milhão de euros".

Continuou "(...)", mas, depois diz que vai aumentar o FEF, na taxa variável da inflação, mas qual foi este critério? (...), Senhor Presidente, convinha que lesse as leis e tivesse a humildade, de ter ido ao Congresso da Associação Nacional dos Municípios, porque talvez aí aprendesse, que por exemplo na Lei de Finanças Locais, existe uma situação que diz que, dado o incumprimento do Governo do Partido Socialista, na aplicação da Lei das Finanças nos exercícios (...), obrigou, que nos anos de 2019, 2020 e 2021, os níveis de incumprimento da Lei das Finanças locais fossem parcialmente repostos (...). Diz a lei, que vai haver uma taxa de recuperação de 25%, que houve em 2019, 25% em 2020 e 50% em 2021, face à taxa de crescimento que houve na economia. Quando o orçamento de estado para 2019 for aprovado (...), a previsão da taxa de crescimento médio na participação dos impostos no Estado, por parte dos municípios portugueses, será na casa dos 8,3% (...). Não existe nenhum critério, para ter sido posto aqui, 1,3% (...)"

Seguidamente, abordou outra situação "(...)", os municípios vão passar a receber uma percentagem do IVA relativamente à restauração e outros aspetos. Esta verba não está no nosso orçamento, mas é uma verba que quando o orçamento de estado for aprovado vai aparecer, mas a rubrica ainda não foi criada".

Acrescentou "(...)" a lei diz que para além do reposicionamento dos funcionários públicos que tenham a nota dez pode haver a opção gestonária. O posicionamento obrigatório não vai haver em 2020, porque



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

houve em 2019 e a classificação é só de dois em dois anos, e só em 2021 é que aparecem, não sendo preciso verba nessa rubrica. A lei diz que há a opção gestionária, e a opção gestionária consiste em que a Câmara Municipal aprove um conjunto de critérios, do qual é o universo de trabalhadores que pode beneficiar da opção gestionária. Por exemplo, há Câmaras Municipais que se defrontam neste momento com dificuldades de motoristas e podem dizer assim; todos os motoristas que tenham seis pontos ou sete pontos vão progredir, ou outros trabalhadores de uma categoria qualquer que tenham oito pontos (...). A Câmara define um critério e depois sobra para o Presidente da Câmara, porque o Presidente da Câmara face a esse critério, e depois do orçamento entrar em vigor, tem quinze dias para decidir da aplicabilidade daquele critério, face ao montante que está previsto no orçamento e que não pode ser alterado. A verba da opção gestionária não se pode subir. Portanto, é a verba que está hoje no orçamento, que vai servir para opção gestionária. Na opção gestionária, por fraca que seja a subida de escalão, um trabalhador subirá no seu vencimento cinquenta euros. Cinquenta euros, são mais ou setecentos euros por ano, ora a verba que nos é proposta do orçamento é mil e quinhentos euros, portanto quero perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual é o trabalhador ou quais são os dois trabalhadores, qual é o critério para fazer subir isto, porque é de facto uma verba miserável, aquela que está no orçamento para aplicar na opção gestionária”.

Continuando, disse “(...), nos documentos de 2019 aquele que está em vigor previa-se que a zona Industrial do Alto dos Bacelos tivesse em 2020 um financiamento de cem mil euros, olhando para o orçamento deste ano o Alto do Bacelo desapareceu, mas depois diz mais, diz que na rede viária vamos fazer um levantamento das estruturas que necessitam de um investimento, e atenção, diz lá “o mais urgente” (...). No orçamento que está em vigor em 2019 previam-se oitocentos e vinte e dois mil euros para intervir nas estradas, e em 2019 previu-se cinquenta e quatro mil. Como não nos é dada na execução financeira ou calculado da atividade municipal que a Câmara é obrigada a trazer, eu não sei se dos cinquenta e quatro mil já foram utilizados quatro mil, mas para 2020 as estradas devem ter melhorado porque a verba agora proposta, só já é de trinta e um mil euros. No estaleiro municipal, nós vimos ontem imagens na televisão justas e necessárias de intervenção do governo por causa do amianto, mas mais uma vez para retirar o amianto do estaleiro da Câmara são propostos quinhentos euros. O Parque Escolar tinha previsto para 2020 no orçamento de 2019, cerca de cento e dez mil euros, estes cento e dez mil euros para o ano 2020 baixam para mil. O Edifício da Câmara Municipal, deve-se ter degradado muito porque a verba que estava prevista para 2019, era de cinco mil euros com a promessa de cinquenta mil para 2020, mas a degradação não deve ter sido muito grande porque agora são só sete mil e quinhentos.”

Relativamente ao Orçamento Participativo disse “(...), deve ter um regulamento, as pessoas candidatam-se no regulamento e fazem propostas, e depois das propostas aprovadas, elas podem ser propostas de investimento, de promoção, propostas de prémios, podem ser propostas de qualquer maneira. Depois, de saber qual é a proposta aprovada, nós sabemos qual é a rubrica orçamental em que ela fica



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

inscrita, o que eu não consigo compreender é que como é que orçamento já tem vinte mil euros para o orçamento participativo se ainda não sabemos o que é o prémio ou o senhor Presidente já sabe?

Depois os Jardins que tinham previstos em 2019 para 2020, trinta mil euros, baixam para três mil e quinhentos. A Remodelação da Rede de Águas deve ter melhorado, porque estava previsto para 2020 uma grande promessa do “faz bem” oitocentos e vinte e nove mil euros, mas agora baixa para cento e quarenta e três mil e, portanto, nós podíamos continuar a pegar neste orçamento (...), do “faz mal”, porque de facto Senhor Presidente a proposta de orçamento para além de não respeitar a lei, por violar dotações orçamentais que não são permitidas, é de facto pior de que “empurrar com a barriga, é um faz mal”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu ao membro Jorge Pinto “(...), o orçamento é um documento de acordo com o dinheiro que há, quer seja o Executivo ou o Governo, quer fazer determinadas coisas! Este é o nosso orçamento! São as nossas opções! Respeito as vossas opiniões (...), e no final do ano de 2020 iremos discutir. Foi um orçamento feito de acordo com a lei, com as previsões da lei, com as provisões orçamentais”.

Relativamente à opção gestonária, o Senhor Presidente considera ser muito importante que seja feita, pelo facto de os funcionários da função publica terem vencimentos muito baixos.

O membro Luis Baltazar interveio e disse “(...), é um orçamento que empurra o investimento que vem sendo previsto já em anos anteriores, como por exemplo, o Orçamento Participativo. Senhor Presidente, gostaria de colocar uma questão que me intriga relativamente à Requalificação no Parque de Feiras, que está previsto quinhentos euros para 2020, e duzentos mil euros para o Pavilhão Multiusos, que aparecerem do quê? Qual é a base para colocar aqui este valor?

Em relação ao projeto-piloto de saúde oral, a maior parte das outras Câmaras já têm este projeto a funcionar e Borba zero em 2020.

Ainda relativo ao projeto “Viveiro de Empresas”, acho que não faz sentido estar a utilizar o Mercado Municipal para fazer o “Viveiro de Empresas”, quando se podia utilizar outros espaços que o Município tem, como por o Palacete Alvarez, onde já enterrámos vinte e cinco mil euros no ano passado, e não sabemos para que é que aquilo serve, podiam aproveitá-lo para fazer o espaço de *coworking*.

E, por último, é a história dos contratos de emprego e inserção que têm previstos até 2022, cerca de quase trezentos e cinquenta mil euros, em contratos de emprego e inserção, acho que isto, é uma forma de “maquilhar” trabalho precário e ocupar funções permanentes, quando a Câmara, se necessita de pessoal, deve contratar pessoal a tempo inteiro”.

O membro Nelson Gato interveio e disse “(...) queria reforçar um bocadinho o que o membro do PS disse (...), o orçamento ficou com um período para apresentação de propostas e nós estávamos à espera que aparecessem propostas do PS, que no passado apresentaram e foram recusadas, o PSD optou por não apresentar porque já sabíamos que iam ser recusadas. A CDU não esteve representada na Câmara, mas poderia ter apresentado propostas, agora nunca nos passou pela cabeça haver uma proposta



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

de alteração ao orçamento apresentado pela Câmara feita pelo Executivo, ou seja, feita pelo Presidente da Câmara, que foi a inclusão do Pavilhão, desses duzentos mil euros. Ou seja, isto houve aqui, qualquer coisa esquisita na construção do orçamento, esqueceram-se do pavilhão (...).

O Membro Jorge Pinto usou da palavra e disse "(...) Senhor Presidente, eu sei muito bem o que é a política (...), e também sei que o MUB aqui, a voz do dono manda! Mas falemos de forma séria, o Senhor não pode dizer nesta Assembleia, que este orçamento cumpre a lei, porque naturalmente na gestão, que desde já antecipo, a CDU votará favoravelmente a contração do empréstimo de curto prazo dos duzentos e cinquenta mil euros, porque é um elemento de gestão, de tesouraria, o que não podemos é estar hoje aqui, a ir votar daqui a pouco, um empréstimo de duzentos e cinquenta mil euros, a mandar a Câmara para ir consultar a Banca para os duzentos e cinquenta mil euros, a escrever-se no texto do orçamento, e bem, que a verba só pode ser inscrita no orçamento depois de contratado, mas já cá está! Não se pode escrever, e bem, que as verbas comunitárias só se podem colocar depois das candidaturas aprovadas, mas já cá estão! O Senhor Presidente não pode dizer que o orçamento é legal! O orçamento tem aqui verbas, que podem ser colocadas no dia 02 de janeiro ou 30 de dezembro por alteração orçamental por serem receitas consignadas, não podem estar é na proposta inicial do orçamento para votar já dia 30 de novembro e muito menos no dia em que a Câmara o aprovou, porque a Câmara Municipal não tinha nenhum desses instrumentos aprovados, portanto é um orçamento ilegal!"

Seguidamente, colocou algumas questões ao Senhor Presidente. "(...) quais vão ser os critérios de cedência de espaço relativamente ao Ninho de Empresas? Serão gratuitos? Como vais ser a gestão e quanto é que custam? Como vai ser a política de alienação dos lotes da Zona Industrial da Orada? Qual vai ser a gestão dos Centros de Dia na Nora e na Orada? Com camas ou sem camas? A resposta que obtive, por parte da Câmara, na documentação pedida, foi "não aplicável" (...), toda a gente sabe que não há gestão na Câmara, mas que haja pelo menos nos Centros de Dia".

Continuando disse "(...), Senhor Presidente vir-me dizer que é importante, o aumento geral dos salários, por isso é que o defendemos, agora vir-me dizer que é uma proposta séria, inscrever no orçamento municipal de nove virgula dois milhões de euros, que o aumento geral possível para o universo de todos os trabalhadores da Câmara, que não tenham beneficiado de posição remuneratória obrigatória, na opção gestionária, entre eles que vão distribuir mil e quinhentos euros, ainda paga mais de derrama o outro que pagou os quarenta e oito cêntimos do que os trabalhadores vão beneficiar da opção gestionária. Tem um problema, a lei não permite que a subida de escalão seja inferior a vinte e oito euros, e a sua média anda nos cinquenta euros, portanto, os mil e quinhentos euros que aqui estão, não dão para ninguém, isto não é um aumento de opção gestionária!"

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), quem colocou funcionários no quadro desta Autarquia, que estavam em situação de precários, foi este Executivo, e mais importante ainda, neste momento temos pessoas a trabalharem na Câmara ao abrigo dos contratos de Emprego Apoiado. Estas



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

peçoas são portadoras de um “x”, de deficiência/grau de incapacidade, mas estão a trabalhar e são respeitadas”.

Continuando disse “(...) o “Ninho de Empresas”, tem a ver com um projeto da CIMAC, e precisavam de um espaço, e o espaço que temos é no andar por cima da Repartição de Finanças, com condições para que as pessoas ali, possam criar a sua própria empresa. Os cem mil euros dão para equipamento, o espaço é nosso, a recuperação em termo de obras é algo simples, e o espaço pode ser ocupado e produtivo”.

Relativamente, à Opção Gestonária referiu “(...), foi das coisas mais complicadas que aqui tivemos que fazer, porque mexemos com pessoal, tal como é o caso do SIADAP, em que muitas vezes existem funcionários que ficam prejudicados, devido à legislação em vigor, embora o seu desempenho seja bom. As Câmaras têm cada vez mais pessoas no apoio administrativo, que é fabuloso e que é pouco reconhecido, e menos no dito “apoio duro” (calceteiros, pintores, coveiros (...))”.

Terminou a sua intervenção, realçando “(...), este é o nosso orçamento, são as nossas intenções, é um documento político que feito dentro da legalidade. Percebam que nós sabemos o que queremos, mesmo que vocês pensem que é de uma forma má”.

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições, colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido **aprovados por maioria, com dez votos a favor (eleitos do MUB), nove votos contra (seis eleitos do PS, dois eleitos do PSD e um eleito da CDU)**, a Proposta de Grandes Opções do Plano e de Orçamento 2020.

O Partido Socialista entregou declaração de voto, que se transcreve, e se arquiva em pasta anexa, como o **documento n.º 7**).

“Declaração de Voto – Orçamento 2020

Este Orçamento volta a cometer o erro de prolongar de forma indefinida problemas concretos que necessitam de intervenção urgente da Câmara Municipal. Sejam infraestruturas que se estão a degradar, seja falta de projeção de Borba e dos nossos recursos, mas sobretudo porque ignora os principais problemas do concelho: desertificação, falta de emprego qualificado e fixação de pessoas.

Face à ausência de uma estratégia estruturante que vise o desenvolvimento do concelho e melhore as condições de vida efetivas da população, os eleitos do PS votam contra a proposta de Orçamento para 2020.

Os eleitos do Partido Socialista.”

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de Mapa de Pessoal para o ano 2020;

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições colocou à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com dez votos a favor (eleitos do MUB) e nove abstenções (seis eleitos do PS, dois eleitos do PSD e um eleito da CDU)**.

Handwritten signature and initials in blue ink.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2020;

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições colocou à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Proposta de Fixação de Participação Variável no IRS para o ano de 2020;

O membro Jorge Pinto disse "(...), senhora Presidente, à semelhança de anos anteriores a CDU está contra esta proposta da Participação Variável no IRS".

Seguidamente apresentou a sua proposta, que se transcreve e arquiva em pasta anexa como o documento n.º 8).

"A redução da taxa de IRS de 5% para 4,5% corresponde a uma perda de receita de 18.000 €, sendo que o benefício económico para mais de metade dos contribuintes ficará situada entre 0 e 1,5 €, enquanto para menos de 1 centena de contribuintes constituirá um benefício entre os 30 e a 50 €, situação que não se justifica pelo que a CDU propõe a manutenção da taxa de IRS em 5% canalizando e a receita não perdida para apoio ao movimento associativo

*O membro da Assembleia Municipal de Borba
Jorge Pinto"*

Continuou, "(...), a nossa proposta é de manter os 5% e este reforço dos dezoito mil euros, seja de reforço ao movimento associativo".

A Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pelo membro Jorge Pinto, a qual foi reprovada com dez votos contra (eleitos do MUB), três votos a favor (dois eleitos do PSD e um eleito da CDU) e seis abstenções (eleitos do PS).

Seguidamente, foi colocada à votação, a proposta apresentada pelo Executivo da Câmara, a qual foi aprovada por maioria, com dez votos a favor (eleitos do MUB), e nove votos contra (seis eleitos do PS, dois eleitos do PSD e um eleito da CDU), fixar para o ano de 2020 (arrecadar em 2021), uma participação variável de 4,5% no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78.º do Código do IRS.

Os eleitos do Partido Socialista, apresentaram declaração de voto, que se transcreve, e se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 9**).

“Devolução da participação variável do IRS para o ano de 2020

A posição dos eleitos do PS será sempre a da defesa dos interesses da população. O compromisso que o PS assumiu com os municípios, consistia na devolução de 1,5% do IRS arrecadado pela Câmara, o que contrasta com os 0,5% propostos pela maioria MUB.

Não havendo da parte do executivo um esforço suplementar para devolver mais rendimentos aos municípios que pagam IRS, os eleitos do PS votam contra esta proposta.

Os eleitos do Partido Socialista.”

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Proposta de Fixação das Taxas de IMI para o ano de 2020;

O membro **Jorge Pinto** apresentou a sua proposta que se passe transcreve, e se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 10**).

“A bancada da CDU propõe que a taxa de IMI a incidir sobre as propriedades urbanas em 2020 e que será paga pelos contribuintes em 2021, seja fixada em 0,30%. Esta proposta representa uma redução da receita municipal na ordem dos 172 mil euros, face à proposta de 4,1% apresentada pelo executivo.

*Tendo em consideração que o IMI é um imposto que incide sobre a riqueza e não sobre o rendimento não tem coerência tributária a redução do valor deste imposto em função do nº de descendentes, até porque nesse caso deveriam ser igualmente tidas em consideração situações análogas com ascendentes ou outros tipos de composição do agregado familiar, pelo que a **CDU propõe que a chamada redução familiar de IMI não seja aplicada no Município de Borba**, sendo certo que em função da proposta anterior todos os contribuintes pagarão menos do que em qualquer dos cenários propostos pela CMB e o Município não prescindirá, neste caso de 15 mil euros, conforme é proposta da CM.*

Por fim a CDU manifesta o seu desacordo à aplicação da taxa agravada a prédios degradados propondo, em alternativa que seja aplicada sobre os prédios devolutos.”

A Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido reprovada com doze votos contra (eleitos do MUB e eleitos do PSD) e sete votos a favor (seis eleitos do PS e um eleito da CDU).

Seguidamente, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, a qual teve a seguinte votação por parte da Assembleia Municipal:

1. **Deliberou, por maioria, com dez votos a favor (eleitos do MUB) e nove votos contra (seis eleitos PS, dois eleitos PSD e um eleito CDU), autorizar fixar uma taxa de IMI, para os prédios urbanos, de 0,41%.**
2. **Deliberou, por maioria, com doze votos a favor (eleitos do MUB e eleitos do PSD) e sete votos contra (seis eleitos PS e um eleito CDU), autorizar elevar ao triplo a taxa de IMI, para prédios em ruínas.**
3. **Deliberou, por maioria, com doze votos a favor (eleitos do MUB e eleitos do PSD) e sete votos contra (seis eleitos PS e um eleito CDU), autorizar majorar em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados.**
4. **Deliberou, por maioria, com doze votos a favor (eleitos do MUB e eleitos do PSD) e sete votos contra (seis eleitos PS e um eleito CDU), autorizar majorar ao dobro, a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em solução de abandono, não podendo da majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20 euros por cada prédio abrangido.**
5. **Deliberou, por maioria, com doze votos a favor (eleitos do MUB e eleitos do PSD) e sete votos contra (seis eleitos PS e um eleito CDU), autorizar fixar uma redução da taxa de IMI, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou dos eu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes, que nos termos do CIRS, compõem o agregado familiar, de acordo com previsto no n.º 1 do art.º 112-A do CIMI de acordo com a seguinte tabela:**

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Os eleitos do PS entregaram declaração de voto, que se transcreve, e se arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 11**).

“Fixação de Taxas de IMI para o ano de 2020

A posição dos eleitos do PS será sempre a da defesa dos interesses da população.

O compromisso que o PS assumiu com os munícipes, apontava para uma redução de 0,05%, fixando a taxa de IMI para os prédios urbanos, logo em 2018 em 0,40%, uma nova redução para 0,37% em 2019 e, finalmente um valor de 0,35% em 2020. Que contrasta com os 0,41% propostos pela maioria MUB.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

Pensamos que a Câmara Municipal tem o dever de ir mais além e fazer um esforço suplementar, aliviando assim, por esta via, os impostos que recaem sobre os municípios.

O PS concorda com as majorações propostas em relação aos prédios em ruínas, prédios urbanos degradados e prédios rústicos.

O PS está contra o IMI familiar. Não faz qualquer sentido do ponto de vista da justiça social premiar as famílias todas por igual. É profundamente injusto que um agregado familiar cujos rendimentos sejam superiores a 5.000€ mensais, com dois dependentes, tenha o mesmo benefício que um agregado familiar com igual número de dependentes, mas cujo rendimento seja inferior a 1.500€ mensais. Os impostos devem ser progressivos, isto é, associados aos rendimentos e não devem atingir todos por igual.

Os eleitos do PS.”

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o ano 2020;

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo, sido **aprovado por unanimidade**.

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Norma de Controlo Interno – Revisão Anual e Proposta de Alteração;

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo, sido **aprovado por unanimidade e posterior remessa aos órgãos de superintendência, tutela e controlo**.

PONTO TRÊS PONTO DOZE: Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Borba;

O membro **Pedro Bilro** declarou-se impedido na discussão e votação do documento, uma vez que foi ele que fez a informação que vai servir de base à deliberação.

O membro **Carlos Bacalhau** perguntou quantas reuniões é que houve do Conselho Municipal de Segurança.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu que tinha havido duas reuniões.

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo, sido **aprovado por maioria (nove eleitos do MUB, seis eleitos do PS, dois eleitos do PSD e um eleito da CDU)**.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019)

PONTO TRÊS PONTO TREZE: Fixação do Feriado Anual do Município de Borba para o ano de

2020.

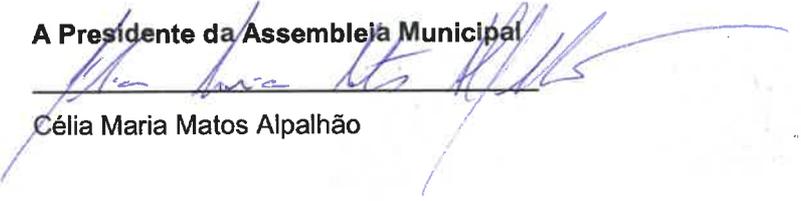
Após a discussão do ponto em apreço, e não havendo inscrições, a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o documento à votação, tendo **sido aprovado por unanimidade, o dia 23 de abril de 2020, como o dia do feriado anual do Município de Borba.**

Seguidamente, a **senhora Presidente da Assembleia** informou que iriam ser lidas em voz alta e votadas as doze minutas da ordem de trabalhos.

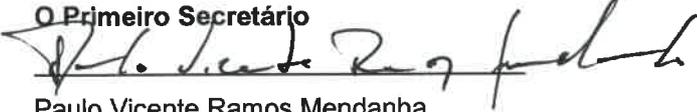
Colocadas a votação, as minutas foram **aprovadas por unanimidade dos presentes.**

Por não haver mais assuntos a tratar a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas duas horas e dez do dia trinta de novembro, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e seis páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

A Presidente da Assembleia Municipal


Célia Maria Matos Alpalhão

O Primeiro Secretário


Paulo Vicente Ramos Mendanha

O Segundo Secretário


Rui Miguel Tavares Nobre Franco